

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS



CONTRATO Nº 1548/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI FAZEM O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS E PRESERVE COLETORA DE RESIDUOS LTDA, CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, portador do CNPJ (MF) nº 11.536.700/0001-11, com sede na Rua Ilhéus, s/n, Bairro Centro, cidade de Paragominas/PA, CEP.: 68.625-005, neste ato representado pelo Senhor **MARINALDO MARTINS FERREIRA** - Secretário Municipal de Saúde no exercício de sua função, brasileiro, divorciado, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 1403459 SSP/PA e do CPF/MF nº 257.099.762-53, residente e domiciliado na rua vinte e três de janeiro, nº 21, Bairro Centro, cidade de Paragominas/PA, CEP: 68.625-210, e de outro lado a empresa **PRESERVE COLETORA DE RESIDUOS LTDA**, C.N.P.J. nº 09.332.562/0001-07, estabelecida à TV SEG. TRAV. COLONIA MARUPAUBA, ZONA RURAL, Tomé-Açu PA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **CLAUDIO ROBERTO DELPUPO TRIVILIN**, portador do R.G. nº 2.836.239 - SSP/PA e C.P.F. nº 490.305.822-00, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Av. Gentil Bitencourt, nº 563 – Atpº 202 – Ed. Pa Residence, Batista Campos – CEP: 66.015-140, Belém/PA, celebram o presente contrato, do qual serão partes integrantes o edital do Pregão nº 018/2021 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares das Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Este contrato administrativo tem por objeto a contratação para fornecimento parcelado de “Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e destinação final dos resíduos de Saúde da Rede Pública Hospitalar e Ambulatorial. Visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Paragominas/PA, conforme Adesão a Ata de Registro de Preços nº 20210991 do Pregão Eletrônico nº 018/2021 do Município de Breves/PA”, em quantidade compreendida entre aquelas informadas no Anexo I, do presente contrato, quando deles o **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS** tiver necessidades de adquirir em quantidades suficientes para atender o **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS**, conforme detalhado no Anexo I - Termo de Referência, do Edital PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) nº 018/2021 – S R P.

1.1.1 Dos itens contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	V. UNIT.	V. TOTAL
1	SERV. DE COLETA, TRATAM. TRANSP., E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES. Espec. Serviços de coleta, tratamento, transporte e destinação final de resíduos hospitalares".	20.500	QUILO	10,47	214.635,00
TOTAL					214.635,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

2.1. Compete à **CONTRATANTE**:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS

- a) emitir ordem escrita, em documento próprio e assinada pela CONTRATANTE ou a quem tiver poderes, para fornecimento de PRODUTOS/SERVIÇOS, pertinente ao objeto contratado;
- b) efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com este contrato administrativo;
- d) informar à CONTRATADA sobre as quantidades a serem fornecidas, bem como a alteração ou inexistência da demanda através de cronograma;
- e) receber os PRODUTOS/SERVIÇOS no local pré-determinado através de cronograma.
- f) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA durante o prazo de vigência deste contrato administrativo;
- g) publicar, em extrato, no Diário Oficial da União e no Quadro de Avisos, o presente instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

3.1. Compete à CONTRATADA:

- a) cumprir o que determina o edital PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2021 – S R P. e seus respectivos anexos;
- b) fornecer e entregar os PRODUTOS/SERVIÇOS, na sede do Município de Paragominas/PA, de acordo com o cronograma estabelecido pelo **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS**;
- c) realizar o fornecimento somente mediante ordem escrita, em documento próprio, emitido pela CONTRATANTE;
- d) manter arquivado, pelo prazo contratual, todas as ordens de fornecimento emitidas pela CONTRATANTE para este fim;
- e) emitir, em seu nome, a Nota Fiscal/Fatura de cobrança do fornecimento efetivamente realizado juntamente com o Recibo;
- f) manter, durante a vigência deste contrato administrativo, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer esta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- g) acatar as orientações da CONTRATANTE, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- h) cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, não tendo os empregados da CONTRATADA qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- i) comunicar à CONTRATANTE por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- j) assumir todos os encargos de demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato administrativo, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência, ficando proibida a transferência da responsabilidade por seu pagamento à Administração Pública Municipal, não podendo onerar o objeto deste contrato administrativo, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.
- k) responsabilizarem-se pelos ônus resultantes de ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, devidamente comprovados, ocorridos por sua culpa ou dolo, por qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligado ao cumprimento do presente contrato administrativo;



- l) responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas;
- m) vedado subcontratar outra empresa para execução das atividades relacionadas à execução deste contrato administrativo;
- n) observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no preâmbulo do presente contrato administrativo, bem como as suas cláusulas, preservando a CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da CONTRATADA;
- o) dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste contrato administrativo, durante toda a sua vigência, a pedido da CONTRATANTE;
- p) cumprir os prazos previstos no Edital e neste contrato administrativo e outros que venham a ser fixados pela CONTRATANTE;
- q) providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE relativas à execução deste contrato administrativo, conforme edital;
- r) manter a qualidade dos produtos que deverão corresponder às exigências técnicas e legais;
- s) garantir à CONTRATANTE os descontos promocionais, no ato da aquisição, que ocasionalmente são oferecidos aos usuários e clientes em geral.
- t) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13,14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- u) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o produto com avarias ou defeitos;
- v) Caso detecte alguma falha no fornecimento do serviço, em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente do equipamento no prazo de 48 (quarenta e oito) nos casos de equipamentos e de forma imediata caso o link não esteja atendendo as especificações contratadas, sem prejuízo das sanções previstas;
- x) manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- y) os Serviços deverão ser prestados semanalmente, de acordo com a solicitação das Secretarias Municipais, a qual formulará o pedido através de nota de empenho, tendo a licitante o prazo de até 03 (três) dias úteis para realizar a instalação dos aparelhos necessários a prestação do serviço, devendo os mesmos serem instalados nas unidades administrativas que irão necessitar dos mesmos;
- z) fornecimento 500 unidades mensais de Sacos Brancos Leitosos, de 100 litros;

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1. A execução do objeto do contrato administrativo será fiscalizada pela CONTRATANTE, através dos servidores: **LEONILDO CARDOS VALENTE**, matrícula nº 1124202 nomeado através da Portaria nº 050/2021-SEMS/G.SEC., datada de 05 de Agosto de 2021 e Publicado em 06 de Agosto de 2021, **JORDER SÁ DOS REIS**, matrícula nº 1124216 nomeado através da Portaria nº 051/2021-SEMS/G.SEG, datada de 09 de Agosto de 2021 e Publicado em 10 de Agosto de 2021 e **TALLECE RODRIGUES GONÇALVES CARNEIRO**, matrícula nº 1097414 nomeado através da Portaria nº 032/2021, datada de 03 de maio de 2021 e Publicado em 05 de maio de 2021, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento dos PRODUTOS/SERVIÇOS, e de tudo dará ciência à Administração Pública Municipal, conforme artigo nº 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

4.2. A CONTRATANTE poderá a qualquer tempo recusar o fornecimento PRODUTOS/SERVIÇOS, no todo ou em parte, sempre que não atender ao estipulado no neste instrumento

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS



ou aos padrões técnicos de qualidade exigíveis.

4.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo nº 70, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DO CONTRATO

5.1. O prazo de vigência do contrato administrativo corresponderá, a partir da data de sua assinatura, extinguindo-se em 06 de março de 2022, tendo eficácia legal após a sua assinatura, podendo, se vantajoso para a Administração Pública Municipal, ser prorrogado, por igual período, através de termo aditivo, ou extinguir-se antes caso ocorra a execução/entrega total do objeto licitado.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. Os preços do item para fornecimento dos PRODUTOS/SERVIÇOS serão os estipulados na adjudicação da Proposta da licitante vencedora, sendo que, o valor de cada compra será o valor da verba disponível, repassada pelo programa do **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS**.

6.2 O preço do item contratado será pago à adjudicatária em até 30 (trinta) dias corridos do mês seguinte ao da prestação dos serviços, após a entrega e aceitação do objeto deste contrato, se nenhuma irregularidade for constatada; acompanhados da Nota Fiscal/Fatura e Recibo, com as respectivas notas de entrega e relatório do fornecimento dos itens solicitados.

6.3 O **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS** terá o direito de descontar de faturas e/ou quaisquer débitos do licitante vencedor, em consequência de penalidades aplicadas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE com receita do **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS**, em até 30 (trinta) dias corridos, do mês seguinte ao da entrega dos produtos, se nenhuma irregularidade for constatada; acompanhados da Nota Fiscal/Fatura e Recibo, com as respectivas notas de entrega e relatório do fornecimento dos itens solicitados.

7.2. A CONTRATANTE fiscalizará a entrega dos PRODUTOS/SERVIÇOS no documento fiscal correspondente, o que servirá como meio de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá requisito indispensável para a liberação dos pagamentos.

7.3. Somente serão pago os PRODUTOS/SERVIÇOS efetivamente fornecidos.

7.4. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

7.5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação do fornecimento do combustível.

7.6. A CONTRATANTE terá o direito de descontar de faturas e/ou quaisquer débitos da CONTRATADA, em consequência de penalidades aplicadas.

7.7. A CONTRATADA deverá protocolar a(s) nota(s) fiscal(s)/fatura(s), contendo a discriminação dos serviços contratados;

7.8. A nota fiscal será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS



legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias;

7.9. O valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa nº. 480-SRF, de 15 de dezembro de 2004 e Instrução Normativa nº 539 de 25 de abril de 2005;

7.10. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a CONTRATADA dará a CONTRATANTE plena, geral e irretratável quitação da remuneração do período referente aos produtos nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma;

7.11. A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se os PRODUTOS/SERVIÇOS apresentarem defeitos, mediante laudo técnico a ser apresentado pela CONTRATANTE, comprovando que o defeito detectado foi causado pelo referido fornecedor;

7.12. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato;

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que serão aplicados juros moratórios de 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor em atraso, limitado a 1% (um por cento) ao mês, até o efetivo adimplemento da parcela;

7.14. A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura seguinte ao da ocorrência;

CLÁUSULA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DOS PREÇOS

8.1. Os preços pertinentes ao contrato administrativo poderão ser reajustados na vigência do mesmo, desde que justificados de forma clara e convincente, dentro dos parâmetros legais, tomando como base de cálculo os índices em vigor (IPC/IGPM), em conformidade com os 17 de julho de 2002 e demais legislações aplicáveis.

8.2. A Contratada comunicará, por escrito, solicitando as alterações de preços e a data de início da vigência dos mesmos, a fim de que a administração pública municipal possa fazer uma análise do pedido juntamente com a assessoria jurídica.

8.3. Sempre que houver alteração nos preços dos produtos, seja motivada por elevação do preço para os fabricantes/fornecedores, por redução ou por simples promoção temporária, essa alteração será registrada por simples apostila no verso deste contrato.

CLÁUSULA NONA - PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO

9.1. A vigência da contratação será de 07 de dezembro de 2021 a 06 de março de 2022, podendo ser repactuado e prorrogado, em conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Ressalvadas as hipóteses do caso fortuito ou força maior mencionada no art. 393 do Código Civil, a CONTRATADA responderá pela cobertura integral de quaisquer prejuízos sofridos diretamente pela CONTRATANTE ou causados a terceiros, por ato ou fato, comissivo ou omissivo, da CONTRATADA ou de seus prepostos.

10.2. Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos na cláusula anterior, a CONTRATANTE poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela CONTRATADA, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

10.3 - Do Contratante:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS

- a) atestar nas notas fiscais a efetiva entrega do objeto contratado;
- b) aplicar à Contratada penalidade, quando for o caso;
- c) prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato administrativo;
- d) efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal e recibo no setor competente;
- e) notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

10.4 - Da Contratada:

- a) fornecer o objeto nas especificações contidas no contrato administrativo;
- b) pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) manter, durante a execução do contrato administrativo, as mesmas condições de habilitação;
- d) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da proposta;
- e) fornecer o objeto no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos neste contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MULTA E DEMAIS SANÇÕES

11.1. A CONTRATADA apresentando documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do contrato administrativo, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a CONTRATANTE, e será descredenciada dos sistemas de cadastramento a que estiver inscrito, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

11.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

11.2.1 - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato administrativo;

11.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o saldo do contrato administrativo, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

11.2.3 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato administrativo, no caso da Contratada, injustificadamente, desistir do contrato administrativo ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

11.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado da garantia contratual e, caso não seja suficiente, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou deverá ser paga pela CONTRATADA por meio de guia própria emitida pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

11.4. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas a serem realizadas com a aquisição dos objetos, decorrentes da execução deste processo, correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias do **FUNDO MUNICIPAL DE**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS



SAUDE DE PARAGOMINAS que vier fazer uso do Registro de Preço, recursos estes previstos no orçamento do Município de Paragominas/PA para o exercício vigente:

12.2. A despesa com o fornecimento do produto de que trata o objeto, está a cargo da dotação orçamentária.

12.1 Classificação Funcional Programática/Atividade: 0803.103011001.2.077 - **Manutenção do Estratégia Saude da Família – PSF**

12.2 Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica

12.3 Subelemento 3.3.90.39.99

12.4 Valor de R\$ 36.645,00 (Trinta e Seis Mil Seiscentos e Quarenta e Cinco Reais).

12.5 Valor a empenhar em 2021 de R\$ 15.705,00 (Quinze Mil Setecentos e Cinco Reais)

12.6 Valor a ser empenhado em 2022 de R\$ 20.940,00 (Vinte Mil Novecentos e Quarenta Reais)

12.7 RECURSO: C/C: **54.300-4**

12.8 Classificação Funcional Programática/Atividade: 0804.103021001 - **2.086 - Unidade de Pronto Atendimento 24 Hs**

12.9 Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica

12.10 Subelemento 3.3.90.39.99

12.11 Valor de R\$ 62.820,00 (Sessenta e Dois Mil Oitocentos e Vinte Reais)

12.12 Valor a empenhar em 2021 de R\$ 41.880,00 (Quarenta e Um Mil Oitocentos e Oitenta Reais)

12.13 Valor a ser empenhado em 2022 de R\$ 20.940,00 (Vinte Mil Novecentos e Quarenta Reais)

12.14 RECURSO: C/C: **54.300-4**

12.15 Classificação Funcional Programática/Atividade: 0805.103021001 - **2.088 - Manut. do Hospital Municipal – Hmp**

12.16 Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica

12.17 Subelemento 3.3.90.39.99

12.18 Valor de R\$ 115.170,00 (Cento e Quinze Mil Centos e Setenta Reais)

12.19 Valor a empenhar em 2021 de R\$ 73.290,00 (Setenta e Três Mil Duzentos e Noventa Reais)

12.20 Valor a ser empenhado em 2022 de R\$ 41.880,00 (Quarenta e Um Mil Oitocentos e Oitenta Reais)

12.21 RECURSO: FMS - C/C: **54.300-4**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - LOCAL DE FORNECIMENTO

13.1. A CONTRATADA irá fornecer os PRODUTOS/SERVIÇOS, objeto deste contrato administrativo, na (s) seguinte (s) condições:

13.1.1 Os Serviços deverão ser prestados semanalmente, nos locais da Zona Urbana conforme especificações constantes no Anexo I, de acordo com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, a qual formulará o pedido através de nota de empenho, tendo a licitante o prazo de até 03 (três) dias úteis para realizar a instalação dos aparelhos necessários a prestação do serviço, devendo os mesmos serem instalados nas unidades administrativas que irão necessitar dos mesmos.

13.1.2 A Contratada deverá disponibilizar recipientes para o armazenamento dos dejetos hospitalares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A inadimplência de cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato administrativo ou

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS



a ocorrência de quaisquer das situações descritas no art. 78, da Lei Federal n.º 8.666/93, por parte da CONTRATADA, assegurará a CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido de pleno direito, após interpelação judicial ou extrajudicial, independentemente de indenização por perdas e danos, além das sanções previstas na referida lei.

14.2. O presente contrato administrativo poderá ser rescindido por conveniência administrativa do CONTRATANTE, conforme disposição dos artigos 77 e 79, da Lei Federal n.º 8.666/93, hipótese que também não caberá à CONTRATADA qualquer tipo de indenização.

14.3. Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato administrativo por antecipação, precedido de justificativa e pré-aviso de 30 (trinta) dias, desde que seja conveniente ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LICITAÇÃO

15.1. A contratação dos produtos, objeto deste contrato administrativo, decorreu de Processo Licitatório, na modalidade Pregão, na forma Eletrônico, do tipo Menor Preço, considerado Por Item, com vistas a promover o Registro de Preços de PRODUTOS/SERVIÇOS.

15.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato administrativo, as obrigações assumidas na licitação PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 018/2021 - SRP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93

16.1. As partes contratantes comprometem-se a respeitar as cláusulas pactuadas, sujeitando-se este contrato administrativo a Lei Federal de n.º 8.666, de 21.06.1993 e suas alterações, Decreto Federal n.º 3.555, de 08 de novembro de 2000 e Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, demais normas pertinentes e pelas condições e especificações estabelecidas neste contrato e seus anexos, aplicável inclusive nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que fazem parte integrante deste Instrumento, independentemente de suas transcrições.

CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA - DOS ANEXOS

18.1. Se junta a este contrato administrativo a íntegra do Edital PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 018/2021 e seus Anexos, bem como a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICIDADE

19.1. O presente instrumento de contrato administrativo será publicado no Diário Oficial da União e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Paragominas, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou ações decorrentes deste Contrato Administrativo, fica eleito, pelos contratantes, o Foro da Comarca de Paragominas/PA, com a renúncia de

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS



qualquer outro, especial, privilegiado ou de eleição que tenham ou venham a ter.

20.2 E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

PARAGOMINAS/PA, 07 de dezembro de 2021.

MARINALDO MARTINS FERREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS
CNPJ (MF) nº 11.536.700/0001-11
CONTRATANTE

PRESERVE COLETORA DE RESIDUOS LTDA
CLAUDIO ROBERTO DELPUPO TRIVILIN
CNPJ (MF) nº 09.332.562/0001-07
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Bráulio Marçalino de Souza
Nome: Bráulio Marçalino de Souza
CPF nº: 050.551.542-38

2) Marcos Antonio Santos Alves
Nome: Marcos Antonio Santos Alves
CPF nº: 026.629.692-07

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
SETOR DE CONTRATOS



ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº018/2021 - SRP
CARONA Nº A/2021-00006
CONTRATO Nº1548/2021

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE DA REDE PÚBLICA HOSPITALAR E AMBULATORIAL. VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAGOMINAS/PA, CONFORME ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20210991 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021 DO MUNICÍPIO DE BREVES/PA"

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
495016	SERV. DE COLETA, TRATAM., TRANSP., E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES SERVIÇOS DE COLETA, TRATAMENTO, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES"	QUILO	20.500,00	10,470	214.635,00
VALOR GLOBAL R\$					214.635,00

PARAGOMINAS/PA, 07 de dezembro de 2021.

MARINALDO MARTINS FERREIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS
CNPJ (MF) nº 11.536.700/0001-11
CONTRATANTE

PRESERVE COLETORA DE RESIDUOS LTDA
CLAUDIO ROBERTO DELPUPO TRIVILIN
CNPJ (MF) nº 09.332.562/0001-07
CONTRATADA

Testemunhas:

1) *Roberto Marçal dos Santos*
Nome: *Roberto Marçal dos Santos*
CPF nº: *050.550.592-33*

2) *Marcelo Antonio Santos Alves*
Nome: *Marcelo Antonio Santos Alves*
CPF nº: *026.629.692-02*